

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2018/053353
RECORRENTE: EMANUELA CAVALCANTE COSTA
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: R000791208

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: MULTA POR INFRAÇÃO AO ART. 218, INCISO I DO CTB, "TRANSITAR COM VELOCIDADE SUPERIOR À MÁXIMA PERMITIDA EM ATÉ 20%". ARGUIÇÃO DO EQUIPAMENTO ELETRÔNICO (RADAR) EM DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE (NÃO AFERIDO). ALEGAÇÃO DE FLAGRANTE INOBSERVÂNCIA DO PRAZO LEGAL POR PARTE DO ÓRGÃO AUTUADOR. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS DO QUANTO ALEGADO. PEDIDO DE CONVERSÃO DA PENALIDADE DE MULTA EM ADVERTÊNCIA POR ESCRITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 267 DO CTB. REQUERIMENTO QUE NÃO PODE SER ACOLHIDO, POIS INOPORTUNO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Relatório

Trata-se o presente, de Recurso interposto pelo Proprietário, em oposição à penalidade aplicada por infração ao art. 218, Inciso I, do CTB, "Transitar com velocidade superior à máxima permitida em até 20%", registrada em **01/08/2018**, na Rod. BA526, Km 16, SENTIDO CRESCENTE, na cidade de SALVADOR/BA, pelo que lastreia sua defesa na suposta desconformidade do equipamento eletrônico de fiscalização (RADAR) com a legislação, alegando ainda como preliminar, a inobservância do prazo legal por parte do órgão autuador (SEINFRA), requerendo, por fim, a conversão da penalidade de multa em advertência por escrito com base no Art. 267 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB. Junta documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações, pelo que acostou cópias do RG, NIP, e CRLV. O presente processo encontra-se instruído com cópia do espelho da NIP, do Relatório de Auto de Infração – Radar e do Relatório de Auto de Infração – Extrato, acostadas por esta Junta. É o relatório.

Voto

Presentes os requisitos de admissibilidade do recurso administrativo quanto à tempestividade e legitimidade, passo a analisar o mérito. Invoca o Recorrente em sua defesa ausência de sinalização supondo, sem, contudo, lograr provar efetivamente que a via onde fora registrada a infração cometida de fato não possuía sinalização adequada, no que formula mera alegação de fato extintivo da pretensão punitiva estatal sem juntar prova capaz de afastar a presunção de legitimidade do ato administrativo praticado, não alcançando, assim, o Recurso, a sua pretensão.

Tal premissa leva em consideração, justamente, o fato que é inquestionável, a regularidade do equipamento medidor de velocidade modelo **RADAR FISCAL TECH \FSC II, Nº FICBN0016, certificado pelo INMETRO sob o nº 11402324, aferido em 28/06/2018**, que registrou a infração de trânsito cometida pelo veículo autuado. Asseverar-se que este obedece rigorosamente às disposições de trânsito e os requisitos técnicos mínimos dos equipamentos de fiscalização da velocidade nas rodovias estaduais, bem como é aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, órgão que realiza a verificação periódica conforme artigo 3º, inciso III da Resolução 396/2011 do CONTRAN.

Desta forma, prevalece, portanto, a certeza de que a referida rodovia, além de ser pedagiada, o que por força do contrato impõe o rigor da norma, possui sinalização vertical/horizontal dentro do que determina o Art. 90 do CTB e as especificações estabelecidas pelo CONTRAN. Logo tornam-se frábil as alegações, pois, são incapazes de alterar a pretensão punitiva estatal.

No que tange as alegações de inobservância do prazo legal, as razões recursais não atendem aos interesses legais do Recorrente, e evidentemente as argumentações contidas nas razões recursais não prosperam, pois o AIT é subsistente e regular, sendo respeitado o lapso temporal de 30 (trinta) dias entre a lavratura do auto de infração de trânsito e a expedição da NAI – Notificação de Autuação de Infração de Trânsito, visto que o Recorrente teve a notificação expedida em **13/08/2018**, não sendo possível acolher a impugnação levantada pelo Recorrente neste sentido, pois observado pela SEINFRA/SIT o quanto determinado na resolução 619/2016 e CTB.

No tocante a aplicação do artigo 267 do CTB, pois, percebe-se da "Consulta Específica de Processo do AIT", que o Recorrente respondeu à notificação de autuação de trânsito com o requerimento do artigo 267 do CTB, estando preclusa tal possibilidade, em razão de não ter se atentado ao que está previsto na legislação em vigor, senão vejamos:

Resolução 619 de 2016.

"Art. 10. Em se tratando de **infrações de natureza leve ou média**, a autoridade de trânsito, nos termos do art. 267 do CTB, **poderá**, de ofício ou por solicitação do interessado, aplicar a penalidade de advertência por escrito, na qual deverão constar os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB e em regulamentação específica.

§ 1º **Até a data do término do prazo para a apresentação da defesa da autuação**, o proprietário do veículo, ou o condutor infrator, poderá requerer à autoridade de trânsito a aplicação da Penalidade de Advertência por escrito de que trata o caput deste artigo." (Grifei)

Desta forma, a pretensão do Recorrente não merece prosperar, primeiro por ser o requerimento de conversão da penalidade de multa em advertência por escrito inoportuno, além do fato que o Recorrente não juntou o prontuário do condutor, o que enseja o improvido do recurso.

É de frisar, portanto, que não houve qualquer ilegalidade cometida pelo órgão autuador, pelo que as argumentações do Recorrente restam como equivocadas, e encontram espaço apenas no seu anseio de ter o AIT – Auto de Infração de Trânsito arquivado, entretanto, não há qualquer mácula que desfigure a atuação Estatal, como aqui demonstrado.

Ficam as demais alegações também afastadas seja pela ausência de provas e/ou por faltar previsão legal, visto que o veículo fora devidamente flagrado pelo aparelho de fiscalização de trânsito, conforme dados contidos no AIT.

Isto posto, verifico que as razões recursais **NÃO** atendem aos interesses legais do Recorrente, quando, desta forma e pelos motivos acima expostos com base nos artigos **218, inc. I do CTB** e não evidenciando qualquer irregularidade/insubsistência do AIT, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, entretanto dando-o por **IMPROVIDO, julgando o Registro do Auto de Infração nº. R000791208**, lavrado contra EMANUELA CAVALCANTE COSTA, válido, mantendo a sua exigibilidade.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, entretanto dão-no por **IMPROVIDO**, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **R000791208**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 26 de outubro de 2021.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Aldalce Amorim dos Santos -Membro Titular/SIT – Relatora

Regina Helena S. dos Santos - Membro suplente em Exercício - DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Secretário interino da JARI